



Em Cotia parque temático poderá reabrir essa semana

Da redação
cotidiano@webdiario.com.br

O governador João Doria já autorizou a reabertura dos parques temáticos ao público a partir de quarta-feira (23). O aval vale para parques instalados em municípios que estão na fase amarela do Plano São Paulo por 28 dias consecutivos.

“São Paulo concentra, de longe, a maior quantidade de parques e atrações temáticas do país. Também é a maior concentração da América Latina”, afirmou o

governador, em referência ao segmento dos parques temáticos. A autorização libera a retomada de mais de cem operações, que geram 26 mil empregos diretos e indiretos. Na região, o parque aquático Thermas da Mata também será reaberto ao público.

Em seu site (www.reservasthermasdamata.com.br) o parque já está com ingressos à venda. No calendário, a primeira data disponível é para o próximo sábado, 26. O parque tem 200 mil metros quadrados

“

“São Paulo concentra, de longe, a maior quantidade de parques e atrações temáticas do país. Também é a maior concentração da América Latina”, afirmou o governador, em referência ao segmento dos parques temáticos.



“

Quatro dos dez parques aquáticos mais visitados da América Latina estão em São Paulo: Termas dos Laranjais; Magic City Water Park; Thermas Water Park e o Hot Beach.

com diversas árvores nativas, nascente e cachoeira, além de várias piscinas e brinquedos. Para garantir a segurança das crianças, o parque tem uma equipe de recreadores e conta com os mascotes – Tibum, Veggie, Splash e Blub. O local também oferece chalés duplex para até 6 pessoas e um hotel com 60 apartamentos.

Os parques poderão operar ao longo de oito horas diárias com 40% da capacidade de público. Os protocolos gerais e específicos continuam valendo: uso obrigatório de máscaras, medição de temperatura, ingressos vendidos antecipadamente e controle de acesso. A fiscalização fica a cargo das prefeituras.

Os parques são âncoras do turismo de lazer familiar no interior, como nas cidades de Vinhedo e Itupeva, onde ficam o

Hopi Hari e o Wet 'n Wild, e Olímpia, que se destaca pelas atrações aquáticas, além de uma concentração natural de atividades na Grande São Paulo.

O secretário do Turismo, Vinicius Lummertz, ressaltou que o setor é propulsor do turismo, que havia, em 2019, gerado 50 mil empregos só no estado de São Paulo.

O ranking 2019 da organização internacional Themed Entertainment Association aponta que o Termas dos Laranjais, de Olímpia, com 1,84 milhão de visitantes anuais, é o 5º parque aquático mais visitado do mundo. Quatro dos dez parques aquáticos mais visitados da América Latina estão em São Paulo (Termas dos Laranjais; Magic City Water Park; Thermas Water Park e o Hot Beach).

ARTIGO

O TURISMO E A REFORMA TRIBUTÁRIA

Edson Pinto

Recentemente, em uma das diversas “lives” que realizei pelo SinHoRes Osasco – Alphaville e Região, tive a oportunidade de debater as propostas de Reforma Tributária com o economista Bernard Appy (autor da PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados) e o ex-Deputado Federal, Luiz Carlos Haully (autor da PEC 110/2019, do Senado Federal). Esse encontro confirmou a minha preocupação de que qualquer proposta, seja do Senado, Câmara ou Governo, caso o turismo, em seus diversos segmentos, não se mobilize, sofrerá aumento de carga tributária. O governo federal parece que “descobriu” que o setor de serviços é quem gera 70% do PIB brasileiro e colocou o olho gordo nessa tributação. O SinHoRes e a FHORESP (Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo) já iniciaram uma ofensiva no Congresso Nacional. Enviamos ofícios aos presidentes das casas legislativas, aos relatores das propostas e estamos fazendo contatos pessoais com os parlamentares para mostrar que o turismo não é uma atividade, mas uma “dimensão econômica”. Com 26 tipos diferentes de turismo e composto por 52 segmentos econômicos, sendo a Hospedagem, Alimentação, Viagens

e Eventos os mais representativos, é formado por cerca de 95% de micro e pequenas empresas. No total, o turismo gera uma participação de US\$ 9 trilhões no PIB mundial, ou seja, 10% do PIB mundial e 8% do PIB Nacional. É responsável por 320 milhões de empregos no mundo, ou seja, 1 em cada 10 postos de trabalho. No Brasil, empregamos 7 milhões de trabalhadores altamente qualificados e sem nenhuma qualificação; aposentados e o primeiro emprego do jovem, ou seja, o setor emprega em escala impressionante, e em todos os perfis. Pela proposta do governo, o setor veria sua tributação saltar de 3,65% para 12%, apenas considerando a unificação do PIS/COFINS, em uma nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O argumento do governo é que nas transações entre contribuintes abrangidos pela CBS, o aumento da alíquota de 3,65% (regime cumulativo) ou 9,25% (não cumulativo) não se refletiria nos preços, dado o direito a crédito amplo ao longo da cadeia produtiva pelo valor agregado em cada etapa. Entretanto, o governo e os autores das propostas querem ignorar que, diferentemente da indústria, o setor de serviços não tem muitas etapas de produção e é formado basi-

camente por mão de obra. Por isso, não tem margem para abater impostos em fases anteriores da produção e além disso, por sermos grandes geradores de empregos, nossos encargos, proporcionalmente, pressionam os tributos incidentes sobre a folha de pagamentos. Também em relação a essas outras propostas, da forma que estão no texto base, causa-nos enorme preocupação, já que o setor de alimentação fora do lar, que recolhe ICMS, tem regime especial de tributação na maioria dos estados e perderia essa condição, vez que como dissemos não tem a opção de créditos a compensar. Outro problema é o caso dos negócios que envolvem empresas que estão no Simples Nacional, que sofrerão aumento de custos.

Portanto, ajustes e emendas se farão necessárias para garantir a aplicação de pelo menos três faixas de alíquotas, incluir a desoneração da folha de pagamento e um tratamento diferenciado para as empresas do Simples, serão fundamentais.

Edson Pinto é Presidente do SinHoRes Osasco – Alphaville e Região (Sindicato Empresarial de Hotéis, Restaurantes e Bares) e Vice-Presidente de Relações Governamentais da FHORESP – Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo.

O artigo não expressa necessariamente a opinião do jornal